

casa de aposta brasileira

Empresas de apostas passam a ser taxadas em 18%, enquanto apostador terá 30% de IR sobre premiações; prometida há alguns meses, a medida provisória (MP) que regulamenta o mercado de apostas esportivas online (as chamadas "bets") já está em vigor.

O texto estabelece uma taxa de 18% sobre o chamado Gross Gaming Revenue (GGR), que é a receita obtida com todos os jogos feitos, descontados os prêmios pagos e impostos incidentes às pessoas jurídicas.

Além disso, o apostador passa a pagar 30% de Imposto de Renda (IR) sobre os prêmios recebidos acima da faixa de isenção, que varia até R\$ 2.112.

Veja Também: Governo Lula anunciou 12 medidas para arrecadar mais impostos.

As regras entram em vigor nesta terça, mas devem ser analisadas em até 120 dias pelo Congresso para não perder a validade.

"A arrecadação com apostas vai para o orçamento com previsão baixa.

Estimamos algo na casa de R\$ 2 bilhões por ano", disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Para os próximos anos, com o mercado totalmente regulado e em pleno faturamento, o governo estima um potencial de arrecadação anual entre R\$ 6 bilhões e R\$ 12 bilhões.

A projeção considera dados sobre crescimento do segmento e no Brasil e no mundo.

Segundo o Ministério da Fazenda, dos 18% recolhidos do GSS, 2,5% serão destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para ações de combate à manipulação de apostas, lavagem de dinheiro e demais atos de natureza penal que possam ser praticados no âmbito das apostas ou relacionados a ela.

O restante será dividido entre a área de educação básica (0,82%), clubes esportivos (1,63%), seguridade social (10%) e o Ministério do Esporte (3%).

Por meio de decreto a ser publicado em breve, será criada no âmbito do Ministério da Fazenda uma secretaria responsável pela análise de documentos, para aprovação ou não do credenciamento das empresas de apostas no país.

A secretaria também acompanhará o volume de apostas e a arrecadação, garantindo maior controle sobre o mercado de apostas esportivas de quota fixa, segundo o governo.